

INFORME LEGISLATIVO



24º EDIÇÃO

Legislativo Federal

Câmara aprova Reforma Tributária



SUMÁRIO

Câmara aprova Reforma Tributária p. 1

*Senado aprova o Marco Legal das
Garantias p. 2*

Simplificação tributária vai a sanção p. 2

*Assembleia Legislativa de São Paulo em
recesso p. 3*

Revisão do PDE aguarda sanção p. 4

Câmara Municipal em recesso p. 4

Na madrugada desta sexta-feira, 7/7, com 375 votos favoráveis e 113 contra, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 2º turno o texto-base, a [PEC 45/2019](#), sobre a Reforma Tributária, que simplifica impostos sobre o consumo, prevê fundos para bancar créditos do ICMS até 2032 e para o desenvolvimento regional, além da unificação da legislação dos novos tributos.

Partidos apresentaram destaques na tentativa de mudar trechos do substitutivo apresentado pelo relator, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)**.



O destaque relativo à exclusão do setor financeiro e imobiliário do regime diferenciado foi rejeitado por ampla maioria, o que preservou o texto do relator, que consagrou o trabalho do **Secovi-SP** e demais entidades no adequado enquadramento do setor no sistema IVA. Confira [aqui](#) o resumo do trabalho do **Secovi-SP** junto ao Congresso Nacional.

O tratamento específico com operações com bens imóveis compreenderá as seguintes atividades: construção, incorporação imobiliária, loteamento, locação, administração e intermediação. Dessa forma, lei complementar definirá as características da tributação sobre o setor.

Concluída a votação, a matéria seguirá para o Senado Federal.

Senado aprova o Marco Legal das Garantias

O Plenário do Senado Federal aprovou na quarta-feira, 5/7, o [PL 4188/2021](#), que dispõe sobre o Marco Legal das Garantias de Empréstimos, que agora volta para a Câmara dos Deputados. A matéria muda as normas relacionadas às garantias de empréstimos, com objetivo de diminuir o risco de inadimplência do devedor e assim reduzir o custo do crédito.

Foi retirado do projeto de lei trecho que dizia que os extratos eletrônicos relativos a bens imóveis deveriam ser apresentados obrigatoriamente por tabelião de notas. O senador Jorge Kajuru (PSB/GO) foi o autor do pedido, que também foi defendido pelo senador Carlos Portinho (PL/RJ) e pela senadora **Dorinha (União/TO)**.



Destaca-se atuação da senadora Dorinha, que chegou a apresentar emenda para permitir que as empresas incorporadoras e loteadoras realizassem o envio dos extratos eletrônicos dos contratos para o registro de imóveis, o que iria baratear o custo e a agilizar a comercialização de imóveis. A senadora atuou de forma decisiva para evitar nova burocracia cartorial.

Simplificação tributária vai a sanção



Aprovado na quarta-feira, 5/7, por unanimidade no plenário do Senado Federal, o [PLP 178/2021](#), de autoria do senador **Efraim Filho (União/PB)**, na época deputado federal, que **simplifica alguns pontos do Sistema Tributário Nacional**.

A intenção do projeto é padronizar legislações e sistemas de tributação, com o objetivo de reduzir custos para as administrações das unidades federadas e para os contribuintes, facilitando o cumprimento de obrigações tributárias pelo contribuinte, como o preenchimento de declarações e a prestação de outras informações.

O relator da matéria, o senador **Alan Rick (União/AC)**, acatou apenas emendas de correção de redação, para que o projeto não precisasse voltar à Câmara dos Deputados, defendendo que as mudanças entrassem logo em vigor. Segundo ele, a complexidade impediu que o Brasil chegasse a um tempo de burocracia tributária comparável à média mundial.

Como não sofreu alterações de mérito, o projeto de lei segue para sanção.

Até o fechamento desta edição, a redação final não estava disponível.

Legislativo Estadual

Assembleia Legislativa de São Paulo em recesso



Com a aprovação da **Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, [PL 661/2023](#), na semana passada, a **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo** entrou em recesso oficial em 1º de julho.

A aprovação da LDO marcou o encerramento das atividades legislativas do primeiro semestre, com isso, as sessões legislativas, reuniões de comissões e as demais atividades ordinárias desempenhadas no Palácio 9 de Julho ficam suspensas por 30 dias e retornam no dia 1º de agosto.

Apesar da suspensão dos trabalhos da Casa, os parlamentares podem atender demandas externas da população do Estado e de suas bases eleitorais, além de participar de eventos diversos e reuniões extraordinárias.

Legislativo Municipal

Revisão do PDE aguarda sanção

Aprovado no dia 26/6 pelo plenário da Câmara Municipal, o [PL 127/2023](#) que trata da **revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico (PDE)** vai a sanção.

A revisão intermediária do Plano Diretor prevê ajustes na legislação do PDE, a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que está em vigor na cidade de São Paulo desde 2014 e segue até 2029, quando será debatida uma nova regulamentação.

A redação final, que teve como relator o vereador **Thammy Miranda (PL)**, foi encaminhada ao Executivo Municipal em 27/6, que tem prazo para sanção até 18/7/2023.

Confira [aqui](#) a redação final com mapas e tabelas.



Câmara Municipal em recesso



Nesta semana, a **Câmara Municipal de São Paulo** entrou em recesso parlamentar, conforme regimento interno.

O recesso parlamentar é um período em que todas as atividades regimentais do legislativo ficam suspensas, entre elas reuniões de comissões, audiências públicas, CPIs, sessões ordinárias e extraordinárias e votação em plenário.

As atividades legislativas retornarão em 1º de agosto.